



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: “Restauração conservadora e novas resistências”  
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

---

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

**Visita técnica ao Instituto Terra: questão ambiental e serviço social**

**Erica Giles Bragança<sup>1</sup>**  
**Shemilly Curitiba Vilela Monteiro<sup>2</sup>**  
**Angela Maria Caulyt Santos da Silva<sup>3</sup>**

**Introdução:** Refere-se a uma visita técnica ao Instituto Terra, uma Organização Não Governamental (ONG), contida na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) ‘Fazenda Bulcão’, localizada em Aimorés, Minas Gerais. Tal instituto subsidia o reflorestamento da mata ciliar da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, através do projeto “Olhos d’água”. A visita foi realizada em 26 de outubro de 2016, por meio do Projeto de Extensão da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam) “Atividades Culturais Intra e Extramuros da Escola”. Tal aproximação é necessária, em vista que a discussão sobre o meio ambiente não se dissocia do serviço social, considerando o vínculo orgânico entre homem e natureza. Assim, o objetivo dessa visita foi realizar uma interlocução entre teoria e prática, promovida pela vivência entre professores e estudantes de graduação e pós-graduação, a fim de contribuir com a problematização da questão ambiental, pois compreendemos que esta ultrapassa o senso comum de responsabilização individual acerca da escassez e do uso indevido dos recursos hídricos e ambientais, abrangendo a totalidade em que “[...] o dinheiro é quem serve como elo nas relações sociais e concomitantemente na relação da sociedade com a natureza” (ALTVATER, 2007, p. 366). **Desenvolvimento:** Durante o trajeto observamos o quanto o Rio Doce está assoreado e “barrento”, devido interferências humanas como a destruição da mata ciliar e, principalmente, ao crime ambiental provocado pela empresa responsável pelo rompimento de uma barragem de mineração, em Mariana - MG. Chegando ao Instituto Terra, caminhamos em uma área replantada, que se constitui uma floresta jovem

---

<sup>1</sup> Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam). Assistente Social. E-mail: [ericagilbra@gmail.com](mailto:ericagilbra@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social pela Emescam. E-mail: [pattycore31@hotmail.com](mailto:pattycore31@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutorado em Educação. Professora adjunta da Emescam nos cursos de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e de Graduação em Serviço Social. E-mail: [angela.silva@emescam.br](mailto:angela.silva@emescam.br)

(que recuperou em grande parte a sua biodiversidade) e tivemos a oportunidade de conhecer suas ações para a redução dos impactos ambientais, de produção e reprodução de mudas de espécies nativas da mata atlântica para as comunidades do entorno desta bacia. Tais ações visam contribuir com o direito ambiental, que “[...] origina-se da necessidade do estabelecimento de regras como forma de superação dos litígios, interclasses ou entreclasses, que envolvem a utilização dos recursos naturais” (GOMES, 2013, p. 37). Segundo Altvater (2007, p. 370, grifo do autor) “[...] os pobres são relegados à satisfação das chamadas necessidades básicas, enquanto os ricos [...] podem se expandir ambiciosamente sobre o ‘meio-ambiente’ que dominam e excluir a outros de seu uso ordenado [...]”. Nesse sentido, tendo em vista que o assistente social atua no campo das políticas sociais, sua intervenção na política ambiental é de muita relevância, ainda que essa não se constitua de forma isolada das demais, como as políticas de saúde, habitação e saneamento. **Considerações finais:** Embora o Instituto em discussão seja de suma importância, consideramos que não é suficiente para resolução da questão ambiental, pois temos como horizonte a Ecologia Política, que busca “[...] revelar as reais causas da degradação ambiental mundial e contribuir para substituição do atual modo de produção que é incapaz de garantir a sustentabilidade ambiental da humanidade” (GOMES, 2013, p. 35). Paralelamente é necessário implantar e fiscalizar políticas ambientais abrangentes, acerca da preservação das matas e dos recursos hídricos, sendo a maior delas a Constituição Federal de 1988, que considera o ambiente equilibrado e saudável como direito. Nesse contexto, o assistente social, através de sua dimensão política, pode contribuir com as comunidades que sofrem com esta degradação, tendo como horizonte a emancipação humana, ainda que essa tarefa não seja fácil, tampouco exclusiva deste profissional e precisa ser realizada junto à classe trabalhadora.

### **Referências**

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Org). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, 2007.

GOMES, Gustavo França. **Conflitos socioambientais e o direito à água**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Questão ambiental. Ecologia Política.

**Keywords:** Social Work. Environmental issue. Political Ecology.